

73ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO

AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS SOLICITADOS

PELA AGÊNCIA PARA O CLIMA, I.P. (ApC)

Tendo em consideração a solicitação da Agência para o Clima, I.P. (ApC) relativa a:

Dados do Inquérito Anual à Produção Industrial 2024 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, de lista específica de produtos na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos)

Considerando:

- A natureza confidencial dos dados solicitados, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio;
- Que a solicitação se enquadra nas exceções previstas na segunda parte do número 6 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio – proteção do ambiente – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística (CSE) autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- Que nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2024, de 31 de dezembro, na sua redação atual, que cria a Agência para o Clima, I. P., e estabelece a respetiva orgânica definindo a sua missão e atribuições, sucede esta entidade, doravante responsável pela coordenação, execução e acompanhamento das políticas públicas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como pela gestão dos respetivos instrumentos técnicos e financeiros, a algumas das atribuições anteriormente afetas à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., designadamente no domínio da ação climática;
- Nesse contexto, a Portaria n.º 248-A/2025/1 de 30 de maio, que aprova os respetivos estatutos, confere ao respetivo Departamento de Alterações Climáticas as competências necessárias para prosseguir atribuições dessa natureza, designadamente realizar análises de contexto no âmbito da proteção do ambiente e a inclusão desses dados num modelo de estimação de emissões atmosféricas, contribuindo para a realização dos inventários nacionais, de forma a responder aos compromissos internacionais, designadamente no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos;
- A legislação orgânica e de funcionamento da ApC, permitem concluir que a respetiva atribuição do exercício de funções de controlo, auditoria e fiscalização das intervenções dos fundos, programas e projetos nacionais, europeus e internacionais, não colide direta ou indiretamente com a aplicação do princípio do segredo

Conselho Superior de Estatística

estatístico, uma vez que os dados cedidos serão apenas utilizados pelo Departamento de Alterações Climáticas cujas competências se enquadram na finalidade do pedido;

- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base que será apenas utilizada nas finalidades descritas no pedido;
- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística devendo a ApC pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, de forma a garantir total observância dos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada nas finalidades descritas no pedido e também desse modo, do princípio do segredo estatístico, preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;
- As competências do CSE, nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras ações de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 76ª Deliberação do CSE;

A **Secção Permanente do Segredo Estatístico**, na reunião do dia 23 de janeiro de 2026, considerando as suas competências legais e regulamentares, **delibera**:

- A. Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer à Agência para o Clima, I.P. (ApC), para utilização pelo Departamento de Alterações Climáticas, os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo da presente Deliberação.
- B. Analisar anualmente cada novo pedido da ApC feito ao INE, I.P., com conhecimento do Conselho Superior de Estatística, que pode utilizar o mecanismo do Procedimento Escrito, previsto no artigo 25º do seu Regulamento Interno, apenas caso verifique, prévia e fundamentadamente, a completa identidade do pedido face ao do ano anterior, a não existência de alterações nas atribuições e competências da ApC, bem como estarem assegurados os restantes pressupostos desta Deliberação.
- C. A ApC deve assinar a Declaração de Compromisso de Sigilo em anexo, comprometendo-se a:
 - 1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, de 2024 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, na máxima desagregação PRODCOM - 12 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em dezembro de 2025;
 - 2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da proteção do ambiente e na elaboração anual do Inventário Nacional de Emissões e Remoção de Poluentes

Atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir os compromissos nacionais no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos, bem como obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tetos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Regulamento (UE) 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa, e que revoga a Decisão do Conselho 2004/280/CE;

3. Utilizar os dados somente para as finalidades para as quais foram cedidos, e enquanto necessários, procedendo à sua destruição logo que deixem de ser necessários para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
5. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
6. Enviar ao Instituto Nacional de Estatística e ao Secretariado do Conselho Superior de Estatística, após o carregamento dos dados no sistema pretendido, e antes de qualquer novo pedido, o resultado do trabalho desenvolvido, incluindo exemplos da utilização ou disponibilização de dados com o máximo detalhe ocorrido.

Lisboa, 23 de janeiro de 2026

O Presidente da Secção, Jorge Andraz

A Secretária do CSE, Cláudia da Conceição Mendes Antunes Pina